

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 2.384,00 (DOIS MIL TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).

VIGÊNCIA: 17/10/2025 A 17/12/2025

ADELCINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

CNPJ: 33.000670/0001-67

CONTRATADA: VALDECI MENDES DA SILVA LTDA

CNPJ: 26.456.739/0001-04

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 2.668,00 (DOIS MIL SEISCENTOS E SESENTA E OITO REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 17 DE OUTUBRO DE 2025

VIGÊNCIA: 31/12/2025

ADELCINO FRANCISCO LOPO

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 112/2025

CONTRATO Nº 112/2025

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 002/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

LEI MUNICIPAL N.º 1356

LEI MUNICIPAL N.º 1356/2025 DE 23 DE OUTUBRO DE 2025

“Dispõe sobre o Uso e Ocupação de Solo do Município de Pontal do Araguaia.”

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCEITOS

Art. 1º. Essa lei denominada Lei de Uso e Ocupação do Solo, estabelece os critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes e projeções localizadas no município nos parcelamentos urbanos:

- I. Registrados em cartório de registro de imóveis competente;
- II. Implantados e aprovados pelo Poder Público;

§ 1º - A LUOS é o instrumento complementar das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbano do Município de Pontal do Araguaia, em conformidade com a Constituição Federal, Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e demais legislações aplicáveis.

§ 2º - Excluem-se das disposições desta Lei:

- I. A zona Rural.

Parágrafo único. Todo e qualquer parcelamento do solo urbano ou rural, inclusive o decorrente de divisão amigável ou judicial, sua ocupação, desmatamento, construção, reforma, ampliação e utilização de edifícios, são regulamentados pela presente lei, observado, no que couber, as disposições da legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Art. 3º. Essa lei tem como objetivos:

- I. Disciplinar a localização de atividades no município, prevalecendo o Interesse coletivo sobre o particular, observado os padrões de segurança, higiene e bem-estar da vizinhança;
- II. Regulamentar a implantação das edificações nos lotes e áreas urbanas e rurais e a relação destas com o seu entorno;
- III. Estabelecer padrões adequados de densidade na ocupação do território, assegurando padrões mínimos e máximos de intensidade de ocupação do solo,
- IV. Ordenar o espaço construído para assegurar a qualidade morfológica da paisagem urbana e rural;
- V. Assegurar como critério básico para a administração do Uso e Ocupação do Solo Urbano a compatibilidade de vizinhança que determina a possibilidade de convivência entre as diversas atividades e empreendimentos que se desenvolvem na macrozona urbana, de acordo com o grau de incomodidade de cada atividade

Art. 4º. A Ocupação do Solo Urbano, aferida pela quantidade, intensidade e disponibilidade de área a ser construída, fundamenta-se nos seguintes conceitos:

- I. Afastamento frontal, que consiste na distância entre o limite externo da edificação e a divisa ou alinhamento do lote, devendo este espaço permanecer livre de qualquer construção definitiva,
- II. Apartamento, que constitui uma unidade autônoma de moradia em conjunto residencial Multifamiliar,